



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA**  
Gabinete do Prefeito

Ofício n.º 130/2025

Chuvisca/RS, 08 de agosto de 2025.

Senhora Presidente,

Em apenso, estamos encaminhando à apreciação dos Nobres Legisladores, o **Projeto de Lei n.º 039/2025**, que "Altera o art. 47 da Lei Municipal n.º 1.327/2021".

Atenciosamente,

Márcio Sidinei Konflanz  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Chuvisca/RS

**Câmara Municipal  
de Vereadores de Chuvisca**

Protocolo nº 253

Data: 08/08/2025

Horário: 11:48

Beatriz  
Responsável





Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA**  
Gabinete do Prefeito

**MENSAGEM DO PROJETO DE LEI 039/2025**

Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 039/2025, que **"Altera o art. 47 da Lei Municipal nº 1.327/2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Chuvisca, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências."**

A presente proposta tem como objetivo **adequar o regime jurídico dos servidores estatutários municipais às disposições já previstas em legislação específica sobre determinadas carreiras**, especialmente quanto à jornada de trabalho semanal e diária.

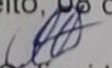
A redação atual do art. 47 da Lei Municipal nº 1.327/2021 limita a jornada de trabalho a 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias. No entanto, existem cargos cuja natureza e legislação específica já preveem jornada de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, o que gerava uma contradição normativa.

Dessa forma, a alteração proposta visa **sanar a incompatibilidade entre a norma geral (regime jurídico) e as leis específicas de cargos**, permitindo, excepcionalmente, a jornada de até 44 horas semanais e até 10 horas diárias, desde que devidamente prevista em regime especial de trabalho.

A medida respeita os princípios da legalidade, razoabilidade e eficiência, assegura segurança jurídica e contribui para o bom funcionamento da administração pública, alinhando a legislação local à realidade administrativa e às necessidades dos serviços públicos.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, confiantes de que, uma vez analisado, será aprovado por esta Casa Legislativa, em razão de seu interesse público e relevância administrativa.

Gabinete do Prefeito, 08 de agosto de 2025.

  
Márcio Sidinei Konflanz  
Prefeito Municipal





Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA  
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI N.º 039/2025

"Altera o art. 47 da Lei Municipal nº 1.327/2021".

**Art. 1º** - Esta lei altera o art. 47 da Lei Municipal nº 1.327/21, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Poder Executivo e Legislativo Do Município De Chuvisca e suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências.*"

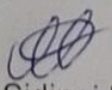
**Art. 2º** - O artigo 47 da Lei Municipal nº 1.327/21 passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 47.** A carga horária de cada cargo ou função é a estabelecida na legislação específica, não podendo a duração do trabalho normal, ser superior a oito horas diárias e a quarenta horas semanais, com exceção do servidor estatutário, com regime especial de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cujo limite máximo de carga horária de trabalho diário será de 10 (dez) horas por dia.

**Parágrafo único.** A autoridade competente fixará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, e observado o interesse público, a jornada de trabalho, respeitada a carga horária máxima diária e semanal do cargo público.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chuvisca/RS, 08 de agosto de 2025.

  
Márcio Sidinei Konflanz  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE CAMAQUÃ  
Procedimento nº 01604.000.448/2023 — Notícia de Fato

## ARQUIVAMENTO

Trata-se de denúncia anônima enviada pela internet narrando possíveis irregularidades no regime de carga horária dos servidores públicos do Município de Chuvisca. Conforme a pessoa notificante:

*"A Prefeitura de Chuvisca não vem cumprindo a lei estabelecida na Lei Orgânica do município. Esta prefeitura vem infringindo o Art. 47 da lei 1.327 /2021, que trata do regime de trabalho dos servidores do município, onde consta que o regime de trabalho normal não pode ser superior a 8h diárias e 40h semanais, e que em caso de conveniência de ser feito mais de 40h semanais que seja de alguma maneira compensada (...). Porém desde de tal vigência da lei, muitos servidores continuam a trabalhar por 44h semanais, como pode provar o registro ponto dos servidores, sem lhes ser ofertado nenhum ressarcimento pelo trabalho a mais prestado ao município,*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE CAMAQUÃ

Procedimento nº 01604.000.448/2023 — Notícia de Fato

*uma vez que não é trabalho voluntário, pois o município alega ser esta a carga horária normal (44h) de muitos servidores, porém como se vê na lei 1.327 /2021, uma clara violação da lei! Pelo que nos consta a lei está acima de qualquer edital, obedecendo a hierarquia vigente! Pedimos providências para que se faça cumprir a lei neste município".*

Oficiou-se a Prefeita Municipal de Chuvisca para que prestasse esclarecimentos por escrito sobre a veracidade dos fatos narrados, juntando documentação comprobatória de sua alegações.

Sobreveio resposta, onde a Prefeitura alegou que o Plano de Carreira dos Servidores (Lei Municipal nº 1300/2021) prevê determinados cargos com a carga horária de 44 horas semanais.

Vieram os autos

### **É o relatório.**

Analisando-se os autos constata-se que é caso de arquivamento da presente Notícia de Fato, tendo em vista o disposto no artigo 5º, inciso I do Provimento 71/2017, da Procuradoria-Geral de Justiça, que estabelece:

*"Art. 5.º A notícia de fato será arquivada quando:*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE CAMAQUÃ

Procedimento nº 01604.000.448/2023 — Notícia de Fato

*I – o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público; (...)”*

Conforme esclarecido pelo Ente Municipal, a jornada de 44 horas semanais encontra-se prevista no Plano de Carreira dos Servidores (Lei Municipal nº 1300/2021) para alguns cargos, quais sejam, segundo seu artigo 4º: carpinteiro, eletricista, mecânico, motorista, operador de máquinas, operário, pedreiro, servente, vigilante e zelador.

Trata-se a Lei acima citada de diploma legal destinado a estabelecer o plano de carreira dos Servidores Municipais de Chuvisca, a qual passou a produzir seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Já a Lei nº 1327/2021 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Poder Executivo e Legislativo em âmbito geral e estabelece o limite de quarenta horas semanais como regime de trabalho dos servidores, em seu artigo 47. Esta lei também começou a produzir seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Diante do acima exposto, havendo divergência entre ambas as leis citadas, prevalece a Lei Especial, segundo o princípio da especialidade, destinada ao plano de carreira dos servidores municipais.

Assim sendo, não verificam-se irregularidades ou lesão/ameaça aos interesses tutelados pelo Ministério Público e, não havendo outras medidas a serem adotadas no âmbito de atribuições desta Promotoria de Justiça, determina-se o arquivamento desta Notícia de Fato, com fulcro no artigo 5º, inciso I, do Provimento nº 71/2017, da Procuradoria Geral de Justiça.

Desnecessária a notificação, eis que trata-se de denúncia anônima.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE CAMAQUÃ

Procedimento nº 01604.000.448/2023 — Notícia de Fato

Camaquã, 02 de outubro de 2023.

Francisco Saldanha Lauenstein,  
Promotor de Justiça.

Nome: **Francisco Saldanha Lauenstein**  
**Promotor de Justiça — 3390314**  
Lotação: **Promotoria de Justiça de Camaquã**  
Data: **02/10/2023 14h40min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 21/2023-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 02/10/2023 14:43:01):

Nome: **RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA**  
Data: **02/10/2023 14:40:31 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

**"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"**  
informando a chave **000030242618@SIN** e o CRC **6.6680.3707**.

1/1